MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

UNIDADE GESTORA Nº 200081

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GESTOR
EXERCÍCIO: 2006

OBJETIVO:

O relatório tem o objetivo de demonstrar a atuação desta Superintendência Regional do DPF no Piauí durante o exercício de 2006.

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

O Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão a que se refere o art. 2°, inciso II, alínea "f", do Anexo I, do Decreto n° 4.720, de 5 de junho de 2003, instituído por lei como órgão específico e singular, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade executar, especificamente, em todo o território nacional, as seguintes atribuições previstas no § 1° do art. 144 da Constituição Federal e na legislação complementar:

a) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

d) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

e) coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e

f) acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

1 - DA UNIDADE

A Superintendência Regional do DPF no Piauí é uma Unidade Descentralizada da estrutura do Departamento de Polícia Federal, a quem compete, nos termos do art. 38 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1.825, de 13.10.2006, do Ministério da Justiça, no âmbito de sua circunscrição, planejar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades-fim do Departamento e administrar a unidade descentralizada em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

2 - QUADRO DE OPERAÇÕES

2.1 Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE
Contábil e Econômico	15
Audiovisual e eletroeletrônicos	25
Balística Forense	18
Engenharia	14
Informática	12
Laboratório	174
Local de Crime	13
Meio Ambiente	3
Veículos	13
Documentoscópica	102
Merceológica	31
Papiloscópicas	24
Diversos	-
Total	444

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

O Setor Técnico-Científico tem como atribuição principal, sem prejuízo de outras atividades, a realização dos trabalhos periciais relativos às solicitações oriundas dos presidentes dos inquéritos policiais e das investigações criminais em curso nesta Descentralizada, bem como

aquelas de interesse da União que porventura sejam determinadas por cotas oriundas da Justiça Federal e do Ministério Público Federal. Assim, a partir desse entendimento, foram desenvolvidos esforços no sentido de atender prioritariamente as solicitações retromencionadas.

Vale destacar que 65% do atendimento na área de perícias de laboratório são oriundas de solicitações externas, notadamente da SSP/MA e SSP/PI. Sem prejuízo à rotina, foi possível também atender em prazo hábil inúmeras solicitações oriundas da Justiça Estadual e das autoridades policiais tanto do Estado do Piauí quanto do Maranhão, bem como das Superintendências Regionais do DPF nos Estados do Acre, Bahia e Maranhão. Nesse percentual está incluso o atendimento de solicitações de exames periciais requisitados pelo Instituto Nacional de Criminalísticas – INC.

Uma realização no exercício de 2006 que merece destaque, quanto à estrutura física, foi a instalação da Central de Gases e dos equipamentos adquiridos com recursos do PROMOTEC. Não obstante, está ainda pendente a aquisição de cilindros de gases especiais para a entrada em operação do cromatógrafo recém adquirido.

Outro aspecto positivo foi a realização de atividades voltadas para o treinamento e/ou reciclagem de peritos criminais federais e papiloscopistas.

Outras atividades desenvolvidas dizem respeito à participação de técnicos deste Setor em operações policiais, segurança de dignitários, exercício simulado de apoderamento ilícito de aeronaves, apoio aos SETEC's da Bahia e da Paraíba, além da realização de palestras em comunidades e universidades, visando a prevenção ao uso de substâncias psicotrópicas e entorpecentes.

2.2 Núcleo de Inteligência Policial - NIP

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
TOUPEIRA	Piauí	Repressão ao crime organizado	Cumprimento de 01 mandado de prisão na cidade de Parnaíba/PI e apreensão de bens em poder do preso.
CTRL+ALT+DEL	Originada no Pará e estendida ao Piauí	Repressão a crimes praticados por hackers	Cumprimento de 01 mandado de prisão busca e apreensão. Posteriormente o preso foi conduzido até a cidade de Belém do Pará.

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Além da participação direta nessas duas operações, o NIP desta SR/DPF/PI participou, em 2006, das operações FOX, CONCURSO e GALÁTICOS, respectivamente realizadas nos Estados de Alagoas, Ceará e Maranhão.

O Núcleo de Inteligência Policial é bastante solicitado pelas delegacias e demais setores desta Superintendência Regional do DPF no Piauí no que se refere à pesquisas para a instrução de inquérito policiais e outros procedimentos. Outra atribuição típica do setor é realização, no âmbito dessa circunscrição, das investigações sociais dos candidatos aprovados em concursos do DPF. Além disso, o setor atua ainda no apoio a diversos concursos públicos de outros órgãos federais.

O setor ressente-se da necessidade de uma máquina fotográfica com lente objetiva para dar condições ao policial de fotografar o alvo à distância. Há também a necessidade de aquisição de uma filmadora digital, binóculo infravermelho ou equipamentos equivalentes para suprir determinadas diligências executadas à distância.

No que se refere à aquisição desses materiais, é bom esclarecer que no exercício findo o DPF não dispôs de orçamento para as unidades descentralizadas com vistas a compra de material permanente, em razão de outras prioridades do órgão central.

2.3 Delegacia Regional Executiva - DREX

2.3.1 Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Não houve em 2006	-	-	-

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaportes expedidos por ano	2.517
Extradições realizadas por ano	-
Carteiras de estrangeiros expedidas por ano	120
Deportações realizadas por ano	-
Expulsões realizadas por ano	-
Repatriações realizadas por ano	-

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Os serviços de rotina da Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG possibilitaram ainda a efetivação de 94 cobranças de taxas por não apresentação do passaporte anterior; instrução de 128 pedidos de prorrogação de prazo de estada e 40 pedidos de permanência, bem como de 07 pedidos de transformação de visto; realização de 56 registros de estrangeiros; expedição de 2ª via de cinco carteiras de estrangeiro; foram cobradas três taxas para republicação de despacho. Houve ainda registro de 07 pedidos de naturalização, bem como a autuação de 18 estrangeiros.

No total, o volume arrecadado entre taxas e multas foi de R$ 263.527,95 (duzentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos).

Prevê-se a interiorização dos serviços dessa Delegacia no exercício de 2007, em razão da entrada em operação do Aeroporto Internacional de Parnaíba/PI.

2.3.2 Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Não houve em 2006	-	-	-

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL´s instaurados	23
Quantidade de IPL´s relatados	06
Quantidade de IPL´s em andamento	30

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A DELEPREV possui como atribuição investigar os crimes previdenciários cometidos em detrimento do patrimônio federal, excluindo-se as fraudes relativas a benefícios que tenham como sujeitos passivos tão somente particulares, haja vista que nessa hipótese não haveria interesse da União. Como atividade secundária, esta Delegacia subsidia outras especializadas e setores desta SR/DPF/PI no fornecimento de informações constantes em seus bancos de dados, principalmente no CNIS.

Além das atividades inerentes ao setor, a DELEPREV realiza investigações (IPL's) de atribuição de outras especializadas, tendo em conta a pequena quantidade de inquéritos policiais de natureza previdenciária em andamento nesta Superintendência (aproximadamente 30 inquéritos), bem como levando-se em consideração o preceituado na IN 011/2001-DG/DPF, no que diz respeito à distribuição de inquéritos policiais entre as autoridades processantes.

Além da condução de inquéritos policiais relativos a crimes previdenciários e outros de natureza diversa, com indiciamento, oitiva de testemunhas, pedido de informações a órgãos públicos, pedidos de busca e apreensão, pedidos de quebra de sigilo telefônico, etc., esta delegacia desenvolveu atividades administrativas junto ao INSS, mais precisamente com o setor de inteligência daquele órgão (API), no sentido de colher informações sobre possíveis fraudes de natureza previdenciária. Foram também fornecidas informações constantes no banco de dados do CNIS a outros setores desta SR/DPF/PI, com a finalidade de instrução de procedimentos policiais investigativos.

Quanto ao resultado, conclui-se que as atividades da DELEPREV no ano de 2006 foram desenvolvidas de modo satisfatório, tendo sido superados eventuais problemas, os quais não chegaram a repercutir no trabalho realizado. O relacionamento institucional com o INSS

manteve-se em bom nível, haja em vista que todas as solicitações realizadas foram cumpridas com presteza.

2.3.3 Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Não houve em 2006	-	-	-

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	11	2,68%
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	73	17,84%
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	08	2,00%
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	22	5,38%
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	10	2,44%
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	15	3,67%
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	25	6,11%
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	18	4,40%
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	19	4,64%
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	18	4,40%
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	09	2,20%
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	22	5,38%
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	09	2,20%
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	15	3,67%
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	07	1,71%
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	02	0,48%
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de	-	-

		Papéis Públicos		
18	Outros	Diversos	126	30,80%
TOTAL			409	100,00%

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:
Não foram realizadas operações específicas da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, não obstante os trabalhos realizados tornaram possível a obtenção dos resultados acima indicados. Ao todo foram instaurados 409 inquéritos, distribuídos nas tipificações penais acima descritas.

2.3.4 Delegacia de Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Voto Livre – Eleições 2006, 1º Turno	Estado do Piauí	Assegurar a tranqüilidade das eleições.	O pleito transcorreu dentro da normalidade prevista.
Voto Livre – Eleições 2006, 2º Turno	Estado do Piauí	Assegurar a tranquilidade das eleições.	O pleito transcorreu dentro da normalidade prevista.

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Segurança de Dignitários	10
Proteção de testemunhas ameaçadas	30
Registros de arma expedidos	372
Portes de arma expedidos	10

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A Delegacia de Defesa Institucional – DELINST TEM suas atribuições estabelecidas no art. 214 da IN 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005.

Na Superintendência Regional do DPF no Piauí as atividades da Delegacia têm sido concentradas nas medidas administrativas concernentes à expedição de registro e porte de armas de fogo, bem como a autorização para compra de armas e munições e demais atribuições relacionadas ao SINARM.

De outra parte, deve-se fazer menção a que a apuração de crimes inicialmente de sua competência, como os previstos em tratados sobre Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, na Lei de Segurança Nacional, contra a organização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores e os eleitorais, dentre outros, também é compartilhada com outras delegacias

especializadas. Anote-se que, à exceção dos crimes eleitorais, não há grande demanda na SR/DPF/PI de investigação relativa a tais ilícitos.

Destaque-se que as operações de segurança de dignitários e de proteção de testemunhas ameaçadas têm sido realizadas com o efetivo de outros setores da SR/DPF/PI, em especial do Núcleo de Operações, posto que os agentes lotados na DELINST não seriam suficientes para atender a essas demandas específicas. No caso de proteção a testemunhas, as missões foram realizadas em Brasília/DF, por solicitação da DDH.

Ressalte-se, também, a atuação da DELINST no planejamento e execução do plano de segurança relativo às eleições ocorridas no ano de 2006, tanto no primeiro quanto no segundo turnos. Nos dois turnos das eleições, além das diligências realizadas na cidade de Teresina-PI, para assegurar a tranqüilidade do pleito, foram enviadas equipes específicas para atuar em quatro cidades do interior do Estado do Piauí, sendo elas: Parnaíba, Picos, Floriano e Corrente. Ao mesmo tempo, foram designados policiais para realizar a segurança pessoal de autoridades judiciárias e de membros do Ministério Público, que atuavam diretamente nos trabalhos eleitorais.

Pode-se dizer que os resultados visados foram alcançados, posto que nos dois turnos do pleito eleitoral predominaram a tranqüilidade e segurança pública na votação e apuração, com raros casos de constatação de crimes eleitorais.

2.3.5 Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Não houve em 2006			

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Concessão de certificado de segurança	06
Revisão de certificado de segurança	10
Renovação de certificado de vistoria	63
Autorização para compra de armas, munições e petrechos de recarga	17
Autos de constatação e notificação de infração	4
Cancelamento/encerramento de atividades	6
Encerramento de empresa irregular	3
Comunicação de incidentes com armas	14
Vistoria das instalações de empresas de vigilância e orgânica (revisão do alvará de funcionamento)	18
Vistoria de agências bancárias e postos de atendimento	160
Carteiras de vigilantes requeridas	605
Certificados de vigilantes registrados	3081

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

No exercício de 2006, a Delegacia de Controle de Segurança Privada atendeu a um total de 48 municípios do Estado do Piauí, apesar do seu pequeno efetivo de apenas 07 (sete) servidores.

Os índices acima indicados mostram que houve, no âmbito desta especializada, um incremento no controle e fiscalização das atividades de segurança privada, se comparados aos dados estatísticos de exercícios anteriores.

Como resultado das notificações para regularização de atividades, houve um crescimento vertiginoso do número de empresas credenciadas para executar atividades de serviços orgânicos de segurança privada. Os números são os seguintes: empresas de segurança e vigilância patrimonial: 07; empresas de transporte de valores: 03; empresas de segurança orgânica: 23; Escolas/cursos de formação de vigilantes: 2.

Esse trabalho resultou na arrecadação, entre taxas e multas, de recursos da ordem de R$ 237.504,81 (duzentos e trinta e sete mil quinhentos e quatro reais e oitenta e um centavos) para o Fundo de Aparelhamento da Polícia Federal – Funapol.

2.3.6 Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Rosa dos Ventos	Picos/PI	Combate aos crimes ambientais	Realização de barreiras policiais nas estradas da região de Picos, no perído de 02 a 03 de junho.
Sem nome	Teresina/PI	Cumprir mandado de busca e apreensão	Instauração do IPL 128/06-SR/DPF/PI e apreensão de animais silvestres.

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A realização de barreiras nas estradas da região de picos possibilitou a abordagem de forma educativa e repressiva quanto ao combate ao crime ambiental e outros tipos de crime da esfera de competência do Departamento de Polícia Federal.

No caso dos mandados de busca e apreensão, resultou na instauração do IPL 128/2006-SR/DPF/PI, bem como apreensão de vários animais silvestres, os quais foram enviados ao IBAMA.

2.4 Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

2.4.1 Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros - DELEFIN

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
---	---	---	---

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Com relação aos crimes financeiros, ainda não existe na estrutura desta Superintendência Regional do DPF no Piauí uma delegacia especializada para a repressão dos crimes assim tipicados. Em casos de ocorrências dessa natureza, a apuração de eventuais ilícitos é procedida por autoridade policial por distribuição do senhor Superintendente Regional ou do Delegado Regional Executivo.

2.4.2 Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Não houve em 2006			

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A Delegacia de Repressão ao Tráfego Ilícito de Armas – DELEARM, a pouco tempo existente na estrutura do Departamento de Polícia Federal, tem suas atribuições definidas no art. 224 da Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005.

No caso específico do Piauí, as ocorrências relacionadas ao tráfico de armas de fogo são bem reduzidas, dado que o Estado não constitui ponto estratégico para esse tipo de delito. Na prática, a circulação de armas no Piauí, em regra, está ligada a outras atividades criminosas, tais como assalto a bancos e roubo de cargas.

Feitas essas considerações, apresentamos os dados estatísticos das atividades da delegacia no ano de 2006: IPL's instaurados: 44; IPL's em andamento: 90; IPL's relatados: 54; Indiciados: 81. Considerando que nesta SR/DPF/PI a distribuição de inquéritos não se restringe à atribuição específica das delegacias, os feitos aqui listados incluem procedimentos referentes a outras condutas delituosas, sem relação com o tráfico de armas.

Como resultado das atividades dessa especializada foram apreendidas em 2006 os seguintes materiais: 04 revólver calibre 38; 02 pistolas calibre 9mm; 01 pistola calibre .380; 02 pistolas calibre .40 e 01 pistola calibre 7.65, além de 01 garruncha e 01 metralhadora.

No que se refere a munição, foram apreendidas: 35 unidades de calibre .38; 09 unidades de calibre .32; 42 unidades de calibre .40; 125 unidades de calibre 9mm; 20 unidades de calibre 7.65 e 01 unidade de calibre .380.

As referidas apreensões possibilitaram a retirada de algumas armas e munições que com certeza seriam utilizada em práticas delituosas, em prejuízo do bem estar da sociedade.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

2.4.3 Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Não houve em 2006			

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADES
COCAÍNA (KG)	26,965
CRACK (KG)	-
HAXIXE (KG)	-
L.S.D. (UN)	-
LANÇA PERFUME (FR)	-
M.D.M.A. (UN) – Exctase	-
MACONHA (KG)	1.059,111
MERLA (KG)	-
PASTA BASE (KG)	-
PÉS DE MACONHA (UN)	-
PSICOTRÓPICOS (UN)	-
SEMENTE DE MACONHA (KG)	-
CLORETO DE ETILA (L)	-
HEROÍNA (KG)	-

Fiscalização de produtos químicos (tabelas ou outros)

ATIVIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	QUANTIDADES
EMPRESAS FISCALIZADAS	17
CADASTROS APROVADOS	16
LICENÇAS RENOVADAS	36
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – IMPORTAÇÃO	---
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇAO	---
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	---
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	68

PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	2.800
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	43.400
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	---

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Em relação a outras Unidades da Federação, a quantidade de drogas e de produtos entorpecentes apreendidos no âmbito do Estado do Piauí é insignificante, provavelmente em razão da mudança de rota dos traficantes desse tipo de substância. As duas ocorrências verificadas durante o exercício de 2006 dizem respeito a cocaína e maconha. No entanto, há suspeitas de que outros produtos, como por exemplo, o ecstase, já começam a ser consumidos no Estado.

Apesar das baixas estatísticas, esta Delegacia em conjunto com o Núcleo de Operações de Inteligência Policial e outras especializadas desta Superintendência procura melhorar suas atividades no sentido de detectar/reprimir a presença de outros tipos de substâncias ilícitas que porventura estejam sendo comercializadas e/ou consumidas no Estado.

No que se refere às atividades de fiscalização e controle de produtos químicos, verificou-se o crescimento do número de empresas fiscalizadas. De apenas 07 no exercício de 2005, passou-se para 17 no exercício passado. Foram aprovados 16 novos cadastros e renovadas 36 licenças.

2.4.4 Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Inominada	Parnaíba/PI	Repressão ao crime organizado	Prisão de quadrilha interestadual especializada no golpe “sapatinho” e instauração do IPL nº 327/06
Toupeira II	Parnaíba/PI	Repressão ao crime organizado	Prisão de indivíduo envolvido no roubo do BC de Fortaleza/CE

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT é fruto de recente reestruturação organizacional no âmbito do Departamento de Polícia Federal, sendo que desde sua criação paira dúvidas acerca das atribuições do setor, notadamente em relação às matérias que se confundem com aquelas tratadas pela Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários.

Não obstante, em consonância com orientação da DPAT/DPF, as ações vem se restringindo ao combate de delitos relacionados a assaltos a agências bancárias e roubo de cargas com repercussão interestadual.

Em 2006 foram apurados os seguintes resultados, no que se refere a dados estatísticos: 09 IPL's instaurados, 21 IPL's em andamento e 09 IPL's relatados, com um total de 14 indiciados. Inquéritos não ligados diretamente às atribuições da delegacia: 33 IPL's instaurados, 78 IPL's em andamento e 94 IPL's relatados.

As dificuldades encontradas no desempenho das atividades em 2006 dizem respeito às condições materiais de trabalho: inexistem viaturas exclusivas e outros materiais como armas de grosso calibre, munição, coletes balísticos, lanternas, aparelhos de GPS, HT's, binóculos, câmeras filmadoras e fotográficas, deficiências a serem superadas.

2.5 Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	EXERCÍCIO	
	2005	**2006**
MANIFESTAÇÕES	357	348
OFÍCIOS EXPEDIDOS	135	96
MEMORANDOS EXPEDIDOS	47	37
DESPACHOS	15	-

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A Corregedoria Regional de Polícia Federal é uma unidade da estrutura da Superintendência Regional do DPF no Piauí, a quem compete a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária e disciplinar; elaborar os planos de correições periódicas; apurar as irregularidades e infrações cometidas por servidores desta Regional, controlar, fiscalizar e avaliar os trabalhos das Comissões de Disciplina.

No cumprimento de seu mister, a Corregedoria está estruturada no seu organograma em dois núcleos, quais sejam: o Núcleo de Disciplina – NUDIS e o Núcleo de Correições – NUCOR, além das Comissões Permanentes de Disciplina.

Os dados a seguir, relativos às atividades do Núcleo de Disciplina em 2006, demonstram que o corpo funcional da SR/DPF/PI, formado por 189 servidores ativos é ordeiro, obediente e zeloso no cumprimento do dever. As notícias ensejadoras das instaurações de processos disciplinares e sindicâncias estão dentro da margem de normalidade.

Processos disciplinares concluídos	03
Processos disciplinares a serem instaurados	03
Sindicâncias concluídas	04
Sindicância a ser instaurada	01
Investigação prévia	01
Investigação prévia a ser instaurada	01
Processo especial de acidente em serviço	01
Processos especial de acidente a ser instaurado	01

Com relação às atividades de correição, durante o exercício de 2006 esta SR/DPF/PI trabalhou com uma média mensal de 865,66 IPL's em andamento, observando-se que as inclusões dos inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros dados relativos aos procedimentos policiais vêm sendo feitos em tempo hábil. No ano de 2006 foram instaurados 540 inquéritos e 08 (oito) Termos Circunstanciados.

Dentre os indicadores mais significativos da Corregedoria no exercício de 2006 o mais relevante refere-se às manifestações. Tais documentos referem-se à análise e definição sobre a competência das demandas dirigidas a esta Superintendência. De modo geral, houve uma diminuição das atividades exercidas, se comparadas ao exercício anterior. Tal diminuição se explica pelo fato de que em 2005 houve um grande derrame de documentos denominados Autorização de Transporte de Produto Florestal – ATPF, falsos, os quais foram apreendidos neste Estado, fato que não se repetiu em 2006.

Já em relação as expectativas para o exercício de 2007, a Corregedoria tem como meta aumentar a lotação de recursos humanos nos Núcleos de Disciplina e de Correições, que se ressentem de um maior número de servidores.

3. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

EVENTO	Nº. DE PARTICIPANTES	LOCAL DO EVENTO
Treinamento para usuário do Sistema AFIS	01	Brasília-DF
Treinamento sobre uso dos equipamentos TETRAPOL	02	Brasília-DF
Treinamento sobre confecção de registro e porte de arma, com inclusão de dados no SINARM	01	Brasília-DF
Treinamento referente ao manuseio de equipamento pertencente ao projeto PROMOTEC	01	Brasília-DF
Curso presencial do PROMASP	08	Fortaleza-CE
Curso de Análise de Inteligência Policial	02	Cuibá-MT
II Treinamento de Equipes de T&D	02	Brasília-DF
Seminário Mercado de Capitais	02	Brasília-DF

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES	LOCAL DO EVENTO
Curso de formação de palestrantes de prevenção ao uso indevido de drogas	02	Brasília-DF
XIV Curso Especial de Polícia	15	Brasília-DF
XX Curso Superior de Polícia	01	Brasília-DF
Treinamento do GESP	03	Brasília-DF
I Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos do DPF	01	Brasília-DF
Curso de Contra-Inteligência Policial (Operações Módulo I)	01	Florianópolis-SC
Curso de Capacitação de Agentes Públicos no Combate à Pirataria	01	Recife-PE
Seminário Internacional de Tecnologias não Letais	03	Brasília-DF
I Encontro Nacional sobre Organizações Criminosas (ENOC) e I – Seminário Nacional de Atualização Jurídico Eleitoral (SENAJ)	02	Brasília-DF
Treinamento em Operação de Estação Remota Tipo FFW	01	Brasília-DF
Treinamento junto ao Setor de Relações Administrativas-SERA	01	Brasília-DF
II Seminário de Perícias de Crimes Ambientais	02	Brasília-DF
75ª Assembléia Geral da OIPC/INTERPOL	01	Rio de Janeiro-RJ
Treinamento em Identificação de Documentos de Segurança e nas Cédulas e Moedas de Real	01	Rio de Janeiro-RJ
Treinamento Técnico de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01	Fortaleza-CE
Curso Teórico e Prático para Manejo de Fauna Silvestre	01	Balneário Camboriú-SC

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES	LOCAL DO EVENTO
Curso de Atualização e Capacitação para o Enfretamento à Pornografia Infanto Juvenil na Internet	01	Brasília-DF
I Curso de Especialização em Procedimentos Administrati-vos	02	Brasília-DF
III Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos	05	Brasília-DF
V Encontro de Representantes Regionais da Interpol e II Curso de I-24/7	01	Brasília-DF
XVIII Curso de Atualização em Bombas e Explosivos-CABE	01	Brasília-DF
V Curso de Atualização Policial	01	Brasília-DF
Curso de Formação do Corpo de Emergência-CVE	01	Parnaíba-PI
Curso de Representação Facial Humana Avançado	01	Brasília-DF
Curso de Administração e Suporte de Redes Windows 2003-SERVER	10	Teresina/PI
Curso de Capacitação para operar o Sistema de Acompanhamento Disciplinar - SAD	01	Brasília-DF
IV Curso de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Operações Policiais	01	Porto Alegre-RS
VI Encontro de Delegados Regionais Executivos	01	Brasília-DF
Curso de Concessão de Benefícios-Lei 8.112/90	02	Brasília-DF
Licitações e Contratos Administrativos	02	Teresina-PI
Ética no Serviço Público	01	Escola Virtual/ENAP

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO – SUPERINTENDENTE REGIONAL.

Os indicadores de desempenho de cada um dos setores desta Superintendência Regional no exercício 2006 permitem considerar que, no geral, os resultados das ações desta Unidade, no exercício findo, foram satisfatórios.

Em sintonia com as orientações emanadas do órgão central e, sem extrapolar a esfera de competência institucional do órgão, buscou-se contribuir para a segurança pública nacional, em especial na área da circunscrição desta Unidade, atendendo, desta forma, as expectativas da sociedade quanto às atividades finalísticas do Departamento de Polícia Federal.

É de se destacar que em razão das dificuldades resultantes das limitações orçamentárias, algumas ações foram preteridas para atender a outras de maior urgência e relevância. Em certos momentos, a adoção de uma política de racionalização de gastos foi necessária para uma maximização de resultados.

Assim é que na área administrativa foi possível honrar em dia os compromissos firmados com os fornecedores, estabelecendo, desta forma, ao longo do exercício, uma relação de confiança mútua, com resultados positivos para a gestão.

A despeito das limitações de créditos para investimentos, no exercício de 2006 esta unidade descentralizada conseguiu viabilizar a instalação de uma Central de Gases Especiais no Laboratório do Setor Técnico-Científico, objetivando a entrada em operação de um cromatógrafo enviado pelo órgão central, o que em muito facilitará os trabalhos de perícia científica realizados no âmbito desta Superintendência Regional.

Outra realização que merece destaque diz respeito à ampliação das instalações físicas do Posto Avançado desta SR/DPF/PI em Parnaíba/PI, onde será instalada a futura Delegacia de Polícia Federal. Tal conquista somente foi possível graças aos esforços envidados por esta Administração Regional e ao apoio dado pela Prefeitura Municipal daquela cidade.

Quanto à gestão de recursos humanos, esta unidade tem necessidade de um maior efetivo de servidores, tanto da área fim quanto da área meio. É bem verdade que nos últimos cinco anos o contingente de servidores vem aumentando, melhorando, desta forma, os resultados das atividades administrativa e operacional. No entanto, o atual efetivo ainda não é o ideal.

No plano operacional, as atividades desta Superintendência foram também bastante significativas. No exercício findo esta unidade pôde marcar presença nos diversos pontos do Estado, dentro de sua área de circunscrição, além de haver participado de operações de cunho nacional, atendendo convocação do órgão central.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

5. RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CGU

DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS
Relatório de Auditoria nº 174502, exercício de 2005, item 5.1.2.28	Recomenda-se ao Gestor que adote medidas no sentido de evitar, futuramente, as falhas de caráter formal detectadas nas concessões e prestações de contas de suprimentos de fundos.	Todos os suprimentos de fundos emitidos no exercício de 2006 obedeceram às recomendações da Equipe de Auditoria da CGU/PI, mormente no que se refere à correta tipificação das modalidades de concessão e comprovação de despesas com apresentação de notas fiscais ou cupons fiscais. Também foram juntados ao processo de prestação de contas cópias das Notas de Sistema relativas à reclassificação da despesa e baixa de responsabilidade.
Relatório de Auditoria nº 174502, exercício de 2005, item 5.2.1.5	Recomenda-se ao Gestor que acione o órgão de contabilidade no sentido de promover a baixa de responsabilidade de valores inscritos na conta "Diversos Responsáveis".	Desde que as contas foram aprovadas pelo TCU, determinando a quitação dos responsáveis, vários ofícios já foram encaminhados à Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, a que esta unidade gestora está jurisdicionada, solicitando a baixa dos valores inscritos, mas até o momento nenhuma providência foi adotada por aquele órgão.

Relatório de Auditoria nº 174502, exercício de 2005, item 6.3.3.20	Recomenda-se ao Gestor que implante os controles de veículos definidos pela IN/MARE nº 09/94, bem como registrar os abastecimentos dos veículos no mês de competência.	Desde o exercício de 2006, seguindo recomendação da Equipe de Auditoria, os lançamentos relativos ao abastecimento de viaturas vêm sendo registrados dentro do mês de competência. Também Passou-se a elaborar o Mapa de Controle Anual de Veículo Oficial, na forma da IN/MARE nº 09/94.
Solicitação de Auditoria nº 189640, exercício de 2006	Solicitação de documentos e informações relativas ao exercício de 2006	Todos os documentos solicitados pela Equipe de Auditoria foram disponibilizados e os pedidos de justificativa e/ou esclarecimentos foram prestados através dos ofícios nº 021, 028 e 029/2007-SRA/SR/DPF/PI e 026/2007-SRH/SR/DPF/PI., cujas cópias anexamos a este relatório.

6. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DO TCU

DOCUMENTO (Ofício, decisão, acórdão)	Determinações Recomendações	Providências adotadas
Não houve determinações, nem recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União relativas ao exercício de 2006, além das oriundas da CGU, as quais foram devidamente acatadas por esta Unidade Gestora.	-	-